

◆1-Política Econômica

Três anos de inflação baixa

No terceiro aniversário do Plano Real, o resultado mais marcante continua sendo a significativa redução das taxas de inflação.

O Gráfico 1.1 apresenta a evolução da inflação acumulada em 12 meses nos 12 meses seguintes à implantação dos Planos de Convertibilidade na Argentina (março de 1991) e do Plano Real no Brasil (junho de 1994). Como se observa, nos dois países houve uma queda expressiva das taxas de inflação já no primeiro ano de implantação dos planos de estabilização. Entretanto, as taxas permaneceram inicialmente elevadas, em torno de 30% a.a no primeiro ano, após o que elas passaram a se aproximar dos níveis da inflação externa. Três anos após o plano, a inflação argentina era de 5% a.a e a do Brasil é de 7% ao ano.

Como o acontecido em outras experiências de estabilização, em um primeiro momento, a variação dos índices de preços ao consumidor mostrou uma maior rigidez à queda do que a dos índices de preços no atacado. Isto decorreu do fato de os reajustes dos preços dos serviços - com alto peso nos índices de preço ao consumidor - apresentarem uma relativa rigidez à queda, o que pode ser explicado por duas razões principais: i) os serviços são *non tradables*, e sendo assim, não estão sujeitos à concorrência de produtos importados, fato que - resultante da combinação de uma maior abertura comercial com a apreciação inicial do Real - favoreceu a queda da variação dos índices de preços no atacado, cuja cesta de bens é composta em grande parte por bens *tradables*; e ii) o aquecimento da demanda que acompanhou o período pós-Real - o que assume maior relevância tendo em vista (i). Entretanto, ao longo dos três anos de Real tem-se observado uma tendência de convergência entre

as variações acumuladas dos índices de preços ao consumidor e no atacado - ver Gráfico 1.2. De fato, a partir de março de 1997, a variação acumulada em 12 meses do IPC/IGP tem ficado inclusive abaixo da do IPA/IGP, o que se explica por uma rigidez à queda da variação deste último, resultante, em grande medida, do aumento dos preços agrícolas - o que contrasta com a situação imediata pós-Plano, quando o comportamento favorável destes preços configurou a chamada "âncora verde".

De fato, a observação da evolução da variação real dos preços de alguns serviços - que compõem o IPC/FIPE e que vinham sendo as principais fontes de pressão sobre os índices de preços ao consumidor confirma o dito anteriormente: tem ocorrido uma significativa redução da variação real dos preços de habitação e educação, o que aponta para uma crescente convergência à variação média do IPC-FIPE - ver Gráfico 1.3. A convergência entre a variação dos preços dos itens do IPC/FIPE só não é maior devido aos reajustes da saúde - ainda significativamente acima da média devido, principalmente ao comportamento dos preços dos planos de saúde - e à continuidade da virtual estabilização nominal dos preços do vestuário.

No que diz respeito ao comportamento do câmbio - que acabou por se constituir em uma importante "âncora" do Plano Real -, observou-se no início do plano uma apreciação do Real, que aparentemente vem sendo revertida de forma gradual. De fato, a correção cambial acumulada em 12 meses já tem ficado acima da variação acumulada em 12 meses do IPA/industrial há mais de um ano e meio - ver Gráfico 1.4.

Para os próximos anos, é de esperar que a inflação continue em queda tendo em vista que: i) o governo deverá manter sua política cambial; e ii) as tarifas públicas pressionarão menos os índices em relação a 1996 e 1997.

ÍNDICE

◆2 - Nível de Atividade: FIESP e FCESP apontam para uma nova desaceleração do nível de atividade em maio.....2

◆3 - Inflação: Taxa acumulada nos últimos 12 meses mantém queda.....3

◆4 - Finanças Públicas: Déficit operacional do setor público de 3,44% do PIB em 12 meses.....4

◆5 - Mercado Financeiro: Anualização das taxas de juros a partir de janeiro de 1998.....5

◆6 - Setor Externo: Déficit comercial no mês de junho é de US\$ 466 milhões.....6

◆7 - Operações do BNDES e da FINAME.....7

◆Anexo Estatístico.....9

◆Nota Técnica.....11

GRÁFICO 1.1

VARIAÇÃO NOMINAL ACUM. 12 MESES(%)

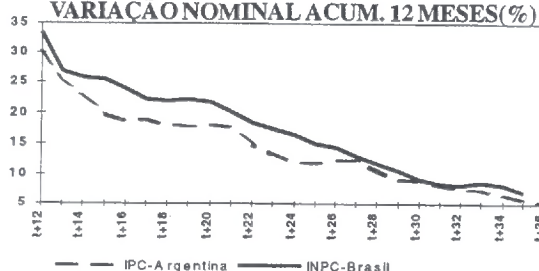


GRÁFICO 1.2

VARIAÇÃO NOMINAL ACUM. 12 MESES(%)

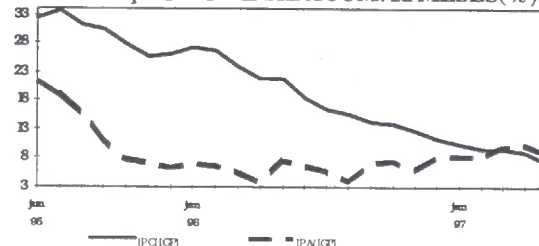


GRÁFICO 1.3

VARIAÇÃO REAL ACUM. 12 MESES(%)

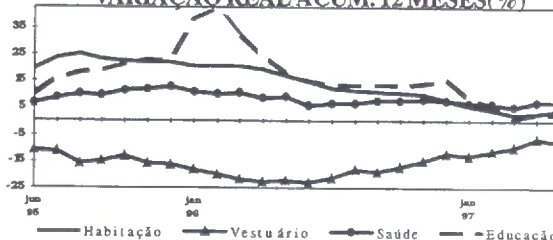
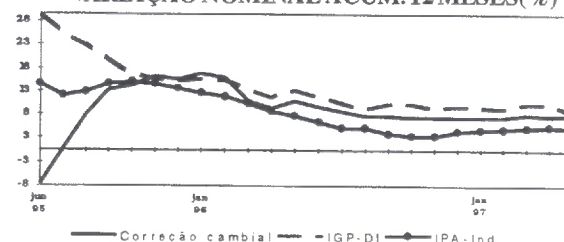


GRÁFICO 1.4

VARIAÇÃO NOMINAL ACUM. 12 MESES(%)



◆2 - Nível de Atividade

Atividade industrial cresce 3,5% em abril segundo IBGE

Segundo o IBGE, a produção física industrial em abril - que atingiu o nível mais elevado desde abril de 1995 - apresentou um crescimento de 3,5%, ante março - taxa dessazonalizada - ver Tabela 2.1. Todas as categorias de uso apresentaram crescimento, com destaque para bens de consumo duráveis e bens de capital, com expansão de 10,5% e 9,9%, respectivamente, em abril, ante março - taxas dessazonalizadas.

Vale ressaltar, entretanto, que o resultado favorável de abril da produção física industrial do IBGE - a exemplo do observado em relação a outros indicadores, como o índice de vendas reais da indústria da CNI e o Indicador do Nível de Atividade (INA) da FIESP (ver Gráfico 2.1) -, deve ser relativizado, à medida que aquele mês teve dois dias úteis a mais do que março - em razão do feriado de Páscoa de 1997 ter caído neste mês.

Por outro lado, o crescimento dos principais indicadores disponíveis em abril decorreu, em grande medida, da performance favorável do setor automobilístico. Segundo dados da ANFAVEA, a produção de autoveículos registrou um crescimento de 33% em abril, ante igual mês de 1996 - ver Gráfico 2.2. Em maio, o crescimento já apresentou uma desaceleração, caindo para 17%, contra igual período do ano anterior. No acumulado janeiro/maio, a produção de autoveículos acumula um crescimento de 21%, em relação ao mesmo período de 1996.

FIESP e FCESP apontam para uma nova desaceleração do nível de atividade em maio

O INA da FIESP em maio, entretanto, apontou para uma queda de 9,2% - taxa dessazonalizada - da atividade industrial em relação a abril, resultado que praticamente compensou o crescimento de 10% observado em abril, ante março - ver Gráfico 2.2.

Em relação ao comércio varejista, dados da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP) mostraram uma redução de 4% - taxa dessazonalizada - do faturamento real em maio, ante abril. Vale destacar que esta queda

deveu-se, principalmente, ao resultado das concessionárias de veículos, com queda de 16% de seu faturamento real. Este resultado representou uma significativa reversão em relação a abril - quando o faturamento real das concessionárias tinha crescido 21,4%, ante março -, e poderá impactar negativamente a produção de autoveículos nos próximos meses.

Estes resultados parecem confirmar um quadro de estabilidade do nível de atividade já ressaltado em números anteriores desta Sinopse Econômica.

GRÁFICO 2.1
INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADE
ÍNDICES DESSAZONALIZADOS
BASE JUNHO DE 1994 = 100

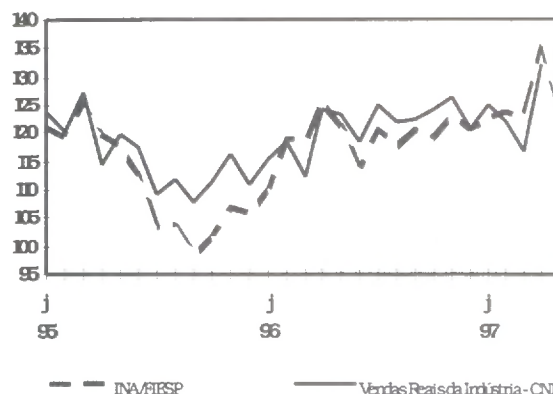


GRÁFICO 2.2
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS
ANFAVEA
Em mil unidades

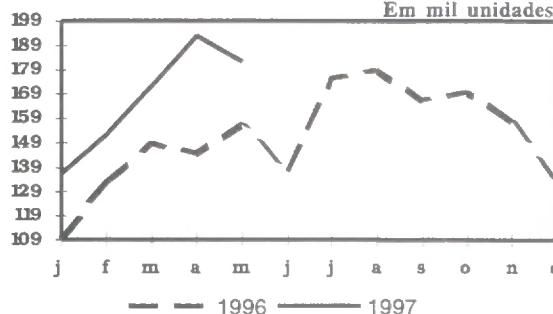


TABELA 2.1
ÍNDICE DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL
COM AJUSTE SAZONAL

Base 1991=100

Mês	1996	1997
Janeiro	109,7	116,8
Fevereiro	109,4	117,4
Março	110,9	116,3
Abril	112,0	120,3
Maio	113,2	
Junho	112,2	
Julho	118,2	
Agosto	117,6	
Setembro	118,9	
Outubro	118,5	
Novembro	119,8	
Dezembro	117,5	
Média	114,8	117,7

Fonte: IBGE

TABELA 2.2
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO - BRASIL

Mês	1996	1997
Janeiro	5,26	5,14
Fevereiro	5,70	5,55
Março	6,38	5,97
Abril	6,03	5,75
Maio	5,91	
Junho	5,92	
Julho	5,58	
Agosto	5,56	
Setembro	5,23	
Outubro	5,14	
Novembro	4,56	
Dezembro	3,82	
Média	5,42	5,60

Fonte: IBGE



◆3 - Inflação

Taxa de inflação acumulada nos últimos 12 meses mantém queda

No mês de maio, a média das taxas acumuladas nos últimos 12 meses dos índices IGP-DI, INPC e IPC-FIPE, manteve a sua trajetória de queda que vinha sendo sinalizada há vários meses - com exceção do mês de março - passando de 8,59% em abril para 7,39% em maio. Esta queda pode ser explicada, principalmente, pela baixa do INPC, que passou de 8,20% para 6,95%, no mesmo período em questão.

A manutenção da queda da taxa de inflação acumulada nos últimos 12 meses, apesar dos reajustes das tarifas de energia elétrica e de telefonia concedidos em abril, afasta a idéia de uma retomada de um movimento de altas taxas de inflação.

No terceiro aniversário do Plano Real, a maior conquista continua sendo a contenção do processo inflacionário, com uma significativa redução das taxas de inflação, tanto nos preços ao consumidor quanto no atacado - ver Gráfico 3.1.

IPC-FIPE acumulado em 12 meses estável em junho

A taxa de inflação acumulada nos últimos 12 meses do IPC-FIPE, deverá sinalizar uma relativa estabilidade no mês de junho (considerando os dados até a terceira quadrissemana de junho) em relação ao mês de maio, registrando uma taxa de aproximadamente 7,0%. Esta manutenção da taxa de inflação neste patamar decorreu, a "grosso modo", de variações generalizadas em todos os subgrupos que compõem o IPC-FIPE. O item vestuário foi o que apresentou a maior alta, passando de uma variação acumulada nos últimos 12 meses negativa de 1,53% para uma variação positiva de 0,98% no mês de junho, o que pode indicar que o espaço para ocorrer deflação no setor se esgotou. Por outro lado, o subgrupo transporte foi o que registrou a maior queda, passando de 16,84% para 12,88%, no mesmo período em questão.

Ao analisarmos a evolução mensal do IPC-FIPE, verifica-se que há uma tendência gradativa de queda, e que nos últimos anos o segundo semestre tem apresentado taxas de inflação menores do que o primeiro semestre de cada ano - ver Gráfico 3.2.

Dentro desse contexto, como no mês de julho de 96 a taxa de inflação foi de 1,31%, e em julho deste ano deverá ser menor, a taxa acumulada em 12 meses deverá cair. Sendo assim, mesmo com uma projeção da FIPE de uma taxa de inflação próxima a 1,3% (contra a taxa de 1,41% registrada em igual mês do ano passado) para o fechamento do mês de junho - devido ao reajuste das tarifas de transporte urbano coletivo

e a alta do item alimentação pelo início da entressafra de alguns produtos -, ainda é válida a previsão de um resultado do ano em torno de 6 a 7% para o índice de preços ao consumidor.

Parte do impacto dos reajustes das tarifas de energia elétrica e de telecomunicações não se estenderá até o mês de julho. Sendo assim, o mercado projeta que o IPC-FIPE de julho - que também será aliviado pela diluição da alta sazonal do vestuário - ficará em torno de 0,7%.

O IGP-M, por sua vez, fechou o mês de junho com uma variação de 0,74%, ante o resultado de 0,21% de maio. O IPA-M, o IPC-M e o INCC-M registraram, em junho, variações de 0,32%, 1,36% e 0,99%, respectivamente.

GRÁFICO 3.1
VARIAÇÃO ACUMULADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES - EM %

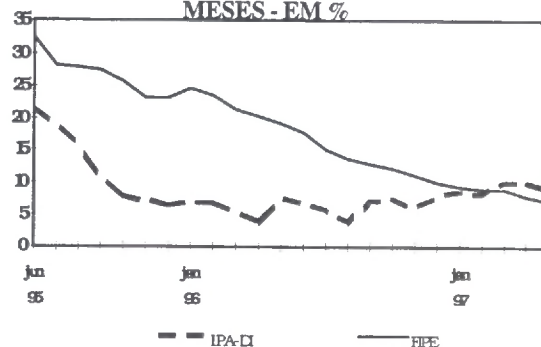


GRÁFICO 3.2
VARIAÇÃO MENSAL DO IPC-FIPE EM %

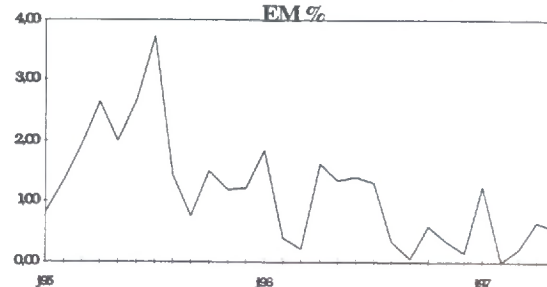


TABELA 3.1
VARIAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES

Mês	Índices de preços			
	IGP-DI	INPC	FIPE	Média
ago96	8,50	14,28	13,86	12,21
set	9,83	12,98	13,11	11,97
out	9,82	11,84	12,10	11,25
nov	8,68	10,55	11,18	10,14
dez	9,34	9,12	10,04	9,50
jan97	9,11	8,42	9,40	8,98
fev	8,75	8,14	8,98	8,62
mar	9,77	8,56	8,96	9,09
abr	9,65	8,20	7,91	8,59
maio	8,16	6,95	7,07	7,39

◆4 - Finanças Públicas

A execução financeira do Tesouro no ano

No que diz respeito à execução financeira do Tesouro, dados disponíveis até maio de 1997 apontam para um crescimento real de 7,2% da receita no acumulado no ano, contra igual período do ano anterior - ver Tabela 4.1. Para este resultado contribuiu decisivamente o aumento da arrecadação decorrente da cobrança da Contribuição Compulsória sobre Operações Financeiras (CPMF).

Do lado das despesas, por um lado, destaca-se a redução real de cerca de 5% dos gastos com pessoal e encargos sociais no acumulado janeiro/maio, ante igual período de 1996. Por outro, destaca-se o crescimento de 21,7% da rubrica "outras despesas" no período, decorrente, em grande medida, do aumento dos gastos com saúde, viabilizado pelo aumento de receita com a arrecadação da CPMF. O problema é que com o término da arrecadação da CPMF, não haverá uma receita extra que permita financiar crescimentos adicionais dos gastos com saúde, o que poderá exigir um ajuste da rubrica outras despesas no sentido de sua redução - ou, alternativamente, induzir a uma prorrogação da CPMF.

Déficit operacional do setor público de 3,44% do PIB em 12 meses

O resultado operacional das Necessidades de Financiamento do Setor Público consolidado - que inclui Governo Central, Estados, Municípios e empresas estatais -, segundo metodologia específica do Banco Central, foi de um déficit de 3,44% do PIB no acumulado em 12 meses até abril, abaixo dos 3,63% do PIB no acumulado 12 meses até março e dos 3,86% do PIB registrados no acumulado em 12 meses até dezembro de 1996 - ver Tabela 4.2.

No conceito primário, o setor público registrou um pequeno déficit de 0,06% do PIB no acumulado 12 meses até abril, abaixo do déficit de 0,36% do PIB no acumulado 12 meses até março. Os estados e municípios registraram um déficit primário de 0,34% do PIB no acumulado 12 meses até abril, significativamente abaixo do 0,57% do PIB no acumulado 12 meses até dezembro de 1996 - ver Gráfico 4.1.

TABELA 4.1
TESOURO NACIONAL
RECEITAS E DESPESAS

	Em R\$ milhões de maio/97		
	Jan-mai		
	1996	1997	Var%
Receita Total do Tesouro	43.589	46.707	7,2
Despesas	47.700	48.119	0,9
Pessoal e Encargos Sociais	18.033	17.211	-4,6
Transf. Estados e Municípios	10.001	10.325	3,2
Despesas Financeiras	8.637	7.203	-16,6
Outras Vinculações	1.730	2.737	58,2
Despesas de Orçamento e Crédito	1.657	1.340	-19,1
Outras Despesas	7.644	9.303	21,7
Total das Despesas (excl. Fin.)	39.064	40.916	4,7
Resultado			
Caixa	-4.111	-1.412	-65,7
Primário	4.525	5.791	28,0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

TABELA 4.2
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO
SETOR PÚBLICO (NFSP)

Conceito Operacional(1) - Acumulado em 12 meses

Meses	Total	Em % do PIB		
		Gov. Federal e Bacen	Gov. Estaduais e Municipais	Empresas Estatais
dez95	4,78	1,64	2,31	0,83
jan96	5,47	2,05	2,46	0,96
fev	5,08	1,88	2,46	0,74
mar	5,08	1,75	2,65	0,69
abr	5,47	2,29	2,44	0,74
mai	5,51	2,44	2,35	0,72
jun	5,43	2,38	2,32	0,73
jul	5,37	2,26	2,37	0,74
ago	5,21	2,34	2,20	0,66
set	4,89	2,14	2,17	0,58
out	4,90	2,28	2,16	0,46
nov	4,47	2,14	2,02	0,31
dez	3,86	1,67	1,88	0,32
jan97	3,67	1,69	1,77	0,21
fev	3,45	1,51	1,70	0,24
mar	3,63	1,77	1,51	0,35
abr	3,44	1,64	1,56	0,24

Nota: (1) Deflator: IGP-DI.

Vale destacar a discrepância entre o resultado primário do Governo Central divulgado pelo Banco Central - calculado tendo em vista a ótica do financiamento líquido do governo, isto é, a partir das rubricas "abaixo da linha" - e aquele calculado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda - feito a partir da diferença entre receita e despesa totais, ou seja tendo em vista as rubricas "acima da linha". Segundo a SPE, o superávit primário do Governo Central teria sido de 1,40% do PIB no acumulado janeiro/abril de 1997 - o que tornaria mais realista o objetivo do governo de atingir um superávit de 0,8% do PIB para o Governo Central em 1997, e conseqüentemente um superávit primário de 1,5% do PIB para o setor público consolidado -, enquanto que, de acordo com o Banco Central, o superávit no mesmo período teria sido de apenas 0,04% do PIB. Dada a diferença entre as metodologias de cálculo, é natural que os resultados sejam diferentes, sendo zerados pela rubrica "discrepância estatística" - uma conta similar à de erros e omissões do balanço de pagamentos. Entretanto, neste caso, a discrepância estatística atinge cerca de 1,4% do PIB, ou seja, um valor desproporcionalmente alto para uma conta de ajuste, o que prejudica a visibilidade da situação real das contas públicas.

GRÁFICO 4.1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO
CONCEITO PRIMÁRIO
ACUMULADO EM 12 MESES (% DO PIB)



◆5 - Mercado Financeiro

TBC e TBAN estáveis por quatro meses consecutivos

O Banco Central manteve para o mês de julho a TBC e a TBAN no mesmo nível fixado para o mês de abril, ou seja, em 1,58% e 1,78%, respectivamente - ver Gráfico 5.1.

As projeções do mercado futuro apontam para uma taxa efetiva de juros nos próximos meses de 1,63% em julho e agosto, e de 1,64% em setembro.

O cupom cambial recupera-se em junho

No mês de junho o cupom cambial - líquido de IR - aumentou, atingindo um valor mensal de 0,87%, ou uma taxa anualizada de 10,90%, ante o resultado anualizado de 7,42% em maio - ver Tabela 5.1. Este resultado decorreu, em grande parte, da combinação da estabilização das taxas de juros com uma redução da correção cambial, que após ter atingido 0,74% em maio, foi de 0,49% em junho - ver Gráfico 5.2. Com o resultado de junho, a correção cambial média foi da ordem de 0,60% no primeiro semestre, dando continuidade à política de desvalorizações nominais sistemáticas e graduais do câmbio a fim de recuperar a taxa de câmbio real.

Anualização das taxas de juros a partir de janeiro de 1998

A partir de janeiro de 1998, o Banco Central passará a anunciar as TBC, TBAN e Taxa Over/Selic anualizadas, com o objetivo de

signalizar para o alongamento das aplicações no mercado financeiro. A anualização das taxas será feita a partir da capitalização das taxas efetivas diárias, considerando-se 252 dias úteis, ou seja, 12 meses de 21 dias úteis, em média.

A evolução da TR

O Gráfico 5.3 mostra a evolução da TR e da inflação - medida pela média entre IGP-DI, INPC e IPC-FIPE - no acumulado 12 meses. Em junho de 1995, a TR estava superindexada e, gradativamente, passou a acompanhar o movimento de queda da inflação, praticamente igualando-se à taxa média de inflação a partir de setembro de 1996. Este comportamento da TR explica, em grande medida, a redução da atratividade relativa das aplicações em caderneta de poupança - que tem resultado no direcionamento dos recursos para outros ativos financeiros.

GRÁFICO 5.3
TRE INFLAÇÃO MÉDIA
ACUMULADO 12 MESES (%)

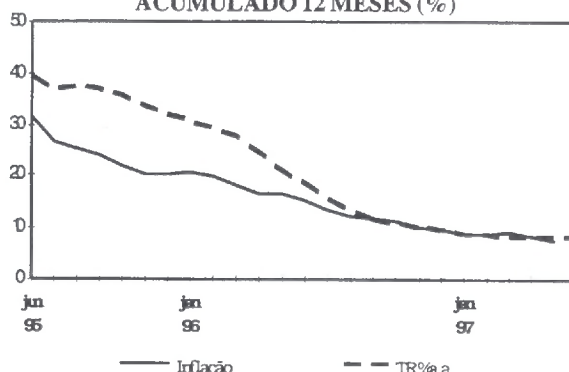


GRÁFICO 5.1
EVOLUÇÃO DAS TAXAS NOMINAIS DE JUROS

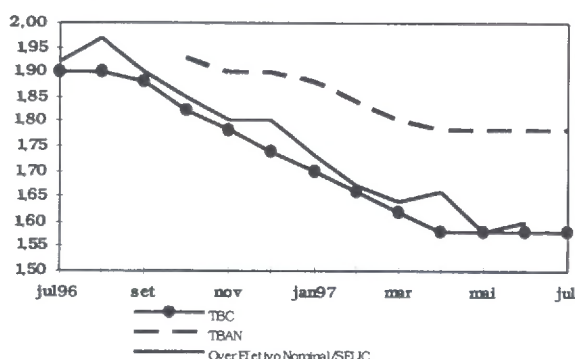


GRÁFICO 5.2
EVOLUÇÃO DA DESVALORIZAÇÃO CAMBIAL (%)

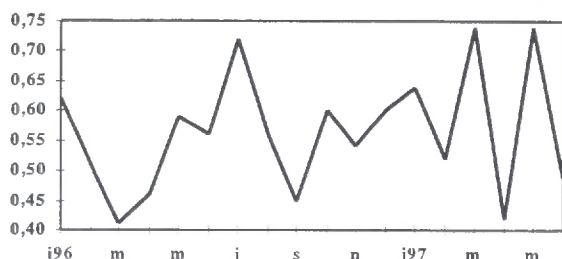


TABELA 5.1
CUPOM CAMBIAL LÍQUIDO EM US\$ (1)

Meses	Mensal	Mensal Anualizado	Em % Últimos 12 meses
jan96	1,56	20,46	22,80
fev	1,48	19,28	22,71
mar	1,47	19,15	26,37
abr	1,29	16,68	25,88
mai	1,11	14,19	21,89
jun	1,11	14,14	21,26
jul	0,91	11,42	20,12
ago	1,11	14,14	19,49
set	1,16	14,84	17,93
out	0,97	12,24	17,00
nov	0,98	12,48	15,93
dez	0,92	11,68	15,02
jan97	0,83	10,36	14,18
fev	0,89	11,28	13,52
mar	0,65	8,07	12,61
abr	0,99	12,51	12,26
mai	0,60	7,42	11,69
jun	0,87	10,90	11,43

Nota: (1) Comparação da taxa SELIC com a variação cambial. Desconta o Imposto de Renda de 15%.

◆6 - Setor Externo

Balança comercial registra déficit de US\$ 271 milhões no mês de maio

O resultado da balança comercial no mês de maio foi significativamente menor do que o resultado dos quatro primeiros meses deste ano, fechando o mês com um déficit na ordem de US\$ 271 milhões. Esta melhora da balança comercial no mês de maio, decorreu, principalmente, de uma queda das importações de 11,7% em relação ao mês de abril. Já as exportações, neste mesmo período de comparação, permaneceram relativamente estáveis, com aumento de 0,6%.

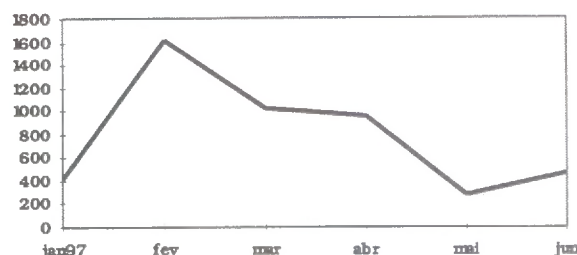
As exportações acumuladas nos cinco primeiros meses deste ano, apresentaram um crescimento de 4,6% em relação à igual período do ano passado. Já as importações, no mesmo período em questão, registraram um aumento de 27,2%.

O déficit comercial no acumulado do ano, até o mês de maio, foi de US\$ 4,3 bilhões, enquanto que, em igual período do ano passado, houve um superávit comercial de US\$ 15 milhões.

Ao analisarmos o crescimento, em particular, das exportações neste ano até o mês de maio em comparação com igual período do ano passado, é necessário um certa cautela. Ao observarmos a desagregação das vendas externas, constata-se que o maior dinamismo das exportações foi liderado pelos produtos básicos, com um crescimento de 28,5%. Já os produtos semimanufaturados e manufaturados apresentaram uma queda de 2,4% e 2,5%, respectivamente.

Boa parte da melhora do desempenho da balança comercial - ver Gráfico 6.1 - deve ser atribuída, portanto, à comercialização da safra agrícola, que a partir do segundo semestre não beneficiará mais o resultado da balança comercial. Sendo assim, caso não haja uma melhora do desempenho das exportações dos

GRÁFICO 6.1
EVOLUÇÃO MENSAL DO DÉFICIT COMERCIAL - EM US\$ MILHÕES



bens semimanufaturados e manufaturados, que apresentam maior valor agregado, pode ocorrer uma deterioração do movimento das exportações.

Ao analisarmos as importações desagregadas nos cinco primeiros meses deste ano, os bens de capital continuam registrando a maior taxa de crescimento em relação à igual período do ano passado, de 42,5%.

Déficit comercial no mês de junho é de US\$ 466 milhões

As importações físicas na última semana de junho (inclusive o dia 30), totalizaram US\$ 1718 milhões, o que corresponde a uma média diária de US\$ 286,3 milhões, 3,9% superior à média da semana anterior. Já as exportações físicas, na última semana de junho (inclusive o dia 30), totalizaram US\$ 1382 milhões, o que corresponde a uma média diária de US\$ 230,3 milhões, 0,9% inferior à média da semana anterior.

O total das importações e exportações físicas no mês de junho foi de US\$ 5309 milhões e US\$ 4843 milhões, respectivamente, o que originou um déficit comercial de US\$ 466 milhões.

TABELA 6.1
EXPORTAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO

Em US\$ milhões FOB

Itens	Jan Mai		Var. %
	1997	1996	
Básicos	5.881	4.443	32,4
Industrializados	13.720	14.203	-3,4
Semimanufaturados	3.215	3.415	-5,9
Manufaturados	10.505	10.788	-2,6
Ops. Especiais	343	417	-17,7
Total	19.944	19.063	4,6

Fonte: MICT - SECEX.

TABELA 6.2
IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO

Em US\$ milhões FOB

Itens	Jan -Mai		Var. %
	1997	1996	
Matérias primas e bens intermediários	11023	9260	19,0
Combustíveis e lubrificantes	2437	2192	11,2
Bens de capital	6097	4.279	42,5
Bens de consumo	4667	3.317	40,7
Total	24.224	19.048	27,2

Fonte: Receita Federal.

◆7 - Operações do BNDES e FINAME

A evolução das operações

O valor dos desembolsos de recursos do Sistema BNDES registrou um crescimento real de 7% no acumulado 12 meses até maio de 1997, significativamente abaixo da taxa de 15% registrada no acumulado até abril de 1997 - ver Gráficos da página seguinte. Os desembolsos da FINAME, por sua vez, continuam apresentando uma variação negativa, registrando uma redução real de 26% no acumulado 12 meses até maio de 1997, ante igual período de 1996.

O valor das aprovações do Sistema BNDES cresceu 10% em termos reais no acumulado 12 meses até maio de 1997, taxa expressivamente inferior aos 31% registrados no acumulado 12 meses até abril de 1997. O valor das aprovações da FINAME, por sua vez, caiu novamente, apresentando uma queda real de 20% no acumulado 12 meses até maio - ver Gráficos da página seguinte. Entretanto, este resultado representou uma melhora em relação ao acumulado 12 meses até abril de 1997, quando a queda real tinha sido maior, de 27%.

O valor das consultas - pedidos de financiamento - do Sistema BNDES registrou um crescimento real de 5% no acumulado 12 meses até maio, inferior à taxa de 13% registrada no acumulado 12 meses até abril de 1997. No que diz respeito à FINAME, o valor das consultas apresentou um crescimento real expressivo, de 26% no acumulado 12 meses até maio de 1997, ante igual período de 1996. Este resultado representa uma considerável recuperação em relação aos acumulados até janeiro, fevereiro, março e abril de 1997.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do sistema

Os desembolsos do Sistema BNDES ficaram praticamente estáveis, nos primeiros cinco meses do ano, em relação ao período janeiro/maio de 1996. No caso específico do BNDES, seus desembolsos totalizaram o montante de R\$ 2,5 bilhões no período de janeiro a maio de 1997, o que representou um crescimento real de 20% em relação ao valor registrado no acumulado janeiro/maio de 1996 - a preços de maio de 1997, ver Tabela 7.1. Os desembolsos com as operações diretas apresentaram uma expansão real de 19%, atingindo R\$ 1,5 bilhão no período. As operações indiretas, por sua vez, registraram um crescimento real de 23% do valor das liberações, que totalizaram R\$ 1,0 bilhão. No que diz respeito às subsidiárias, a BNDESPAR registrou uma queda real de 22% dos desembolsos no acumulado no ano até maio de 1997, ante igual período do ano anterior, enquanto que a FINAME apresentou uma redução real de 20% no período.

Distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 1997

pode ser observada na Tabela 7.2. Destaca-se a queda sucessiva dos desembolsos acumulados no ano para a indústria de transformação desde fevereiro de 1997. No acumulado até maio de 1997, a queda real foi de 22%.

O valor real dos desembolsos para o setor de infra-estrutura, por sua vez, apresentou uma relativa estabilidade no período - ver Tabela 7.3. O destaque de crescimento ficou com a agropecuária que apresentou uma expansão real de 48% de seus desembolsos. O setor de serviços registrou um crescimento real de 15% do valor das liberações no acumulado janeiro/maio de 1997, ante o mesmo período do ano anterior.

No acumulado até maio de 1997, os desembolsos para a indústria de transformação tiveram uma participação de 34% no total desembolsado pelo Sistema. Os desembolsos para o setor de infra-estrutura, por sua vez, registraram uma participação de cerca de 29% no total. Os desembolsos para o setor de serviços e para a agropecuária, por sua vez, tiveram participações de 22% e 10%, respectivamente, no total.

TABELA 7.1

DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)

Itens	Em R\$ milhões		
	1996	1997	Var. %
BNDES	2104	2.532	20,4
Op. Diretas	1291	1.531	18,6
Op. Indiretas	812	1.001	23,3
FINAME	1238	996	-19,6
BNDES par	909	708	-22,1
Total	4251	4.236	-0,3

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

Nota: (1) Acumulado até maio de cada ano, a preços de maio de 1997 - deflator IGP-DI.

TABELA 7.2

TX. DE CRESC. REAL ACUMULADA ATÉ O MÊS (1)

Meses	AGROP.	IND. TRANSF.	OUTROS	Em %
				TOTAL
jan 97	-29,7	46,8	14,8	22,2
fev	12,0	-14,4	-11,1	-11,2
mar	-3,5	-32,0	9,7	-12,2
abr	21,9	-24,6	24,0	-0,9
maio	48,2	-21,8	11,4	-0,3

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3

DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)

Setores	Em R\$ milhões			
	1996	1997	Var. %	Part % 1997
TOTAL	4251	4236	-0,3	100,0
AGROPECUÁRIA	286	425	48,2	10,0
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	1824	1427	-21,8	33,7
METALURGIA	253	231	-8,9	5,4
MECÂNICA	184	205	11,3	4,8
MATERIAL DE TRANSPORTE	208	94	-54,9	2,2
CELULOSE E PAPEL	159	172	8,1	4,1
QUÍMICA, P.F., PERF. S. E VELAS	165	85	-48,7	2,0
PROD. ALIM. ENTRES E BEBIDAS	466	329	-29,3	7,8
OUTRAS	390	540	38,7	12,8
INFRA-ESTRUTURA	1238	1242	0,3	29,3
SERVIÇOS	813	937	15,2	22,1
OUTROS	89	206	131,6	4,9

Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.

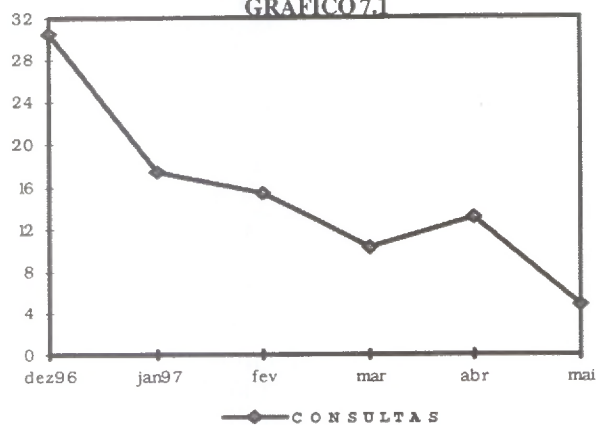
Nota: (1) Acumulado até maio de cada ano, a preços de maio de 1997 - deflator: IGP-DI.

◆ Operações do BNDES e FINAME - Variação real (%)

(Acumulado 12 meses até o último mês vis-à-vis acumulado 12 meses até o mesmo mês do ano anterior.)

SISTEMA BNDES(1)

GRÁFICO 7.1



Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.
Elaboração: AP/DEPEC/GESTE 2.

Notas: (1) Inclui as operações do BNDES, FINAME e BNDESPAR.
Deflator: IGP-DI.

FINAME

GRÁFICO 7.2

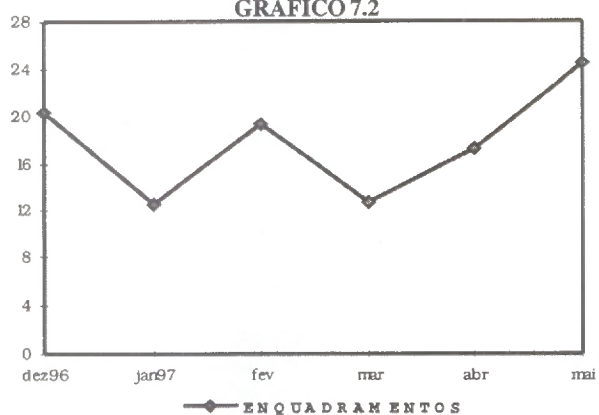


GRÁFICO 7.3

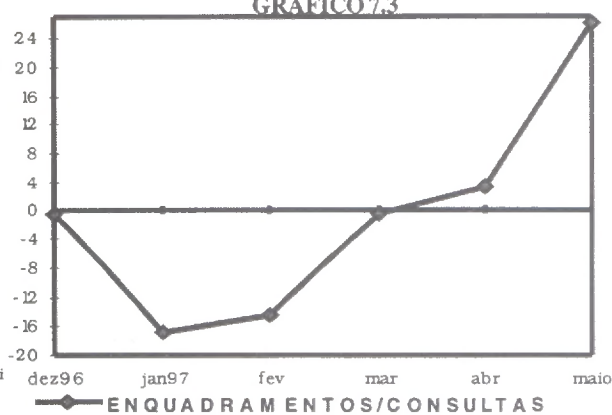


GRÁFICO 7.4

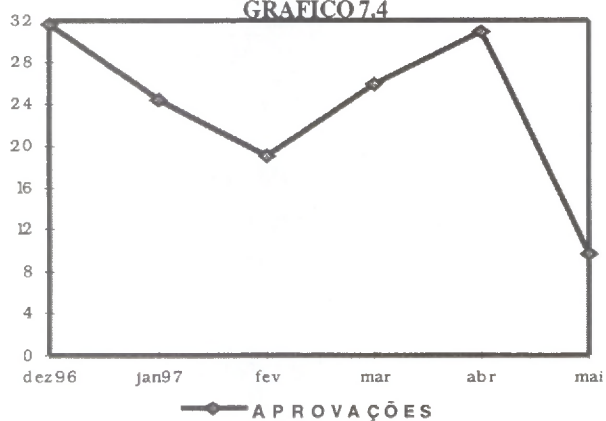


GRÁFICO 7.5

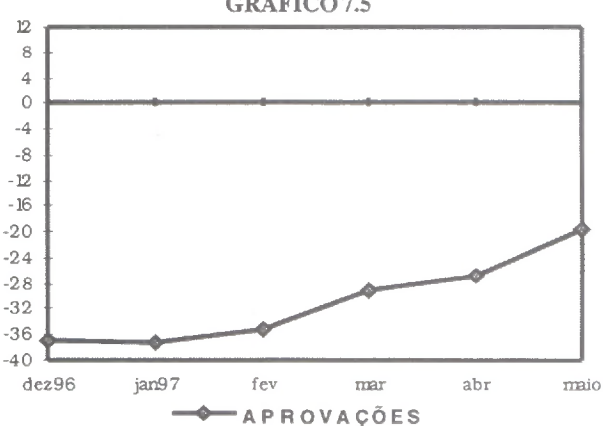


GRÁFICO 7.6

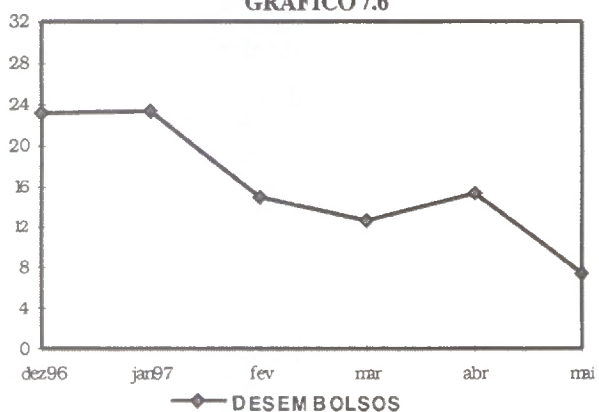
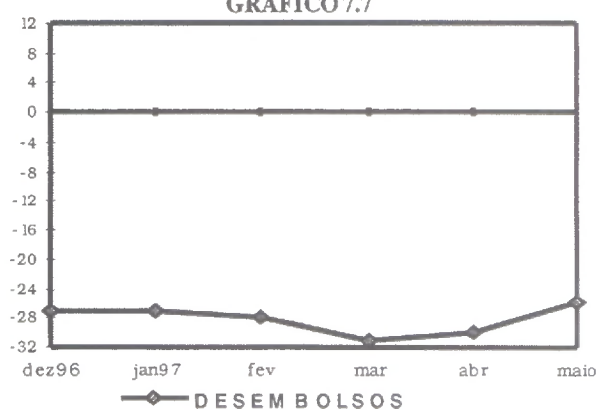


GRÁFICO 7.7



EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO CUSTO DA CESTA DE MOEDAS DO BNDES

	IGP-M/ FGV			Dólar Comercial (var.%(1))			Unid. Monet. BNDES (2)			Encargos Cesta de Moedas do BNDES (3)
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	
jan/96	1,73	1,73	16,16	0,63	0,63	16,24	-0,80	-0,80	14,55	6,6481
fev	0,97	2,72	15,68	0,57	1,20	15,60	0,04	-0,76	13,33	6,6481
mar	0,40	3,13	14,86	0,39	1,60	10,28	-0,32	-1,08	3,04	6,6481
abr	0,32	3,46	12,86	0,46	2,06	8,72	-0,20	-1,28	-3,00	6,5518
mai	1,55	5,06	13,94	0,59	2,66	10,21	-0,21	-1,48	-3,79	6,5518
jun	1,02	6,13	12,34	0,60	3,28	8,94	-0,28	-1,76	-4,87	6,5518
jul	1,35	7,57	11,82	0,68	3,98	8,04	1,52	-0,27	-4,36	7,4037
ago	0,28	7,87	9,72	0,56	4,56	6,94	1,19	0,92	-0,87	7,4037
set	0,10	7,97	10,62	0,45	5,03	7,07	-1,46	-0,55	1,13	7,4037
out	0,19	8,18	10,26	0,60	5,66	6,83	-0,76	-1,31	-0,72	7,4372
nov	0,20	8,40	9,17	0,54	6,24	6,88	0,04	-1,27	-0,69	7,4372
dez	0,73	9,19	9,19	0,60	6,87	6,87	-0,83	-2,09	-2,09	7,4372
jan/97	1,77	1,77	9,23	0,64	0,64	6,88	-3,60	-3,60	-4,85	7,0112
fev	0,43	2,21	8,65	0,52	1,16	6,83	-0,36	-3,95	-5,23	7,0112
mar	1,15	3,38	9,46	0,74	1,91	7,20	-0,10	-4,04	-5,02	7,0112
abr	0,68	4,09	9,85	0,42	2,34	7,16	-1,16	-5,16	-5,94	7,7391
mai	0,21	4,30	8,40	0,74	3,10	7,32	4,40	-0,98	-1,59	7,7391
jun	0,74	5,08	8,10	0,49	3,60	7,21	-0,30	-1,28	-1,61	7,7391

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Composição da cesta de moedas do BNDES: Dólar (24%), Iene (22%), Marco (12%) e demais (42%).

(3) Refere-se ao custo total da cesta, juros=IR, onde: 1º trim. - 16/01 a 15/04; 2º trim. - 16/04 a 15/07; 3º trim. - 16/07 a 15/10 e 4º trim. - 16/10 a 15/01.

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

INSTITUIÇÕES	PIB (1)								FBEF		NFSP		Exportações		Importações		B. Comercial		Saldo em C. Corrente	
	TOTAL		IND (2)		AGR		SERV		(% DO PIB)		(% DO PIB)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)	
	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998
Banco da Bahia	3,2	3,5	2,4	2,4	3,0	3,4	5,0	5,8	17,0	18,3	3,0	3,7	50,3	52,8	61,7	67,8	-11,4	-15,0	-34,5	-38,8
Fator	4,0	4,6	4,0	4,1	5,1	4,0	3,2	5,0	16,6	17,8	2,7	2,5	50,2	52,5	62,5	67,0	-12,3	-14,5	-36,3	-41,2
Garantia	3,6	4,7	3,6	5,6	4,7	5,0	3,3	4,0	-	-	3,1	2,8	50,4	53,4	61,3	68,6	-10,9	-15,2	-34,2	-40,7
JP Morgan	3,5	4,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50,6	53,6	63,9	72,3	-13,3	-18,7	-34,5	-42,4
LCA Consultores	4,0	4,6	4,0	4,1	5,1	4,0	3,2	5,0	16,6	17,7	2,8	2,6	50,2	52,6	62,5	67,2	-12,3	-14,6	-36,3	-41,3
Macrométrica	4,1	5,6	4,6	7,2	5,1	3,4	3,3	4,9	15,9	16,6	3,0	2,4	52,2	56,8	62,3	69,6	-10,1	-12,8	-35,1	-35,5
MCM Consultores	3,4	4,4	3,3	4,1	5,3	5,2	2,9	4,6	17,3	21,0	3,0	2,8	51,5	54,9	62,1	68,2	-10,6	-13,3	-35,8	-42,6
Nomura	3,7	3,5	-	-	-	-	-	-	-	-	2,5	2,8	-	-	-	-	-	-	-31,7	-37,9
Rosemberg	3,5	-	3,4	-	4,6	-	3,2	-	17,5	-	3,0	-	50,0	-	61,0	-	-11,0	-	-	-
Salomon Brothers	3,1	3,8	3,7	3,9	3,9	4,5	2,4	3,6	16,5	17,5	3,5	3,4	49,9	53,9	60,1	68,2	-10,2	-14,3	-	-
Trend Consultoria	3,5	3,2	3,0	3,2	4,9	5,2	3,2	2,8	16,5	17,5	3,3	3,0	51,0	55,1	62,1	67,6	-11,1	-12,5	-32,3	-36,3
Média	3,6	4,2	3,6	4,3	4,6	4,3	3,3	4,5	16,7	18,1	3,0	3,0	50,6	54,0	61,9	68,5	-11,3	-14,5	-34,5	-39,6
Desvio Padrão	0,31	0,69	0,60	1,37	0,69	0,70	0,67	0,88	0,47	1,29	0,30	0,46	0,69	1,34	0,97	1,53	0,97	1,73	1,54	2,47

Notas:

(1) Variação percentual.

(2) Com exceção da Macrométrica, as outras instituições excluem a Construção Civil e os Serviços de Utilidade Pública.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	IPC - FIPE				IGP - M			
	jul	ago	set	1997	jul	ago	set	1997
Banco Cindam	0,9	0,4	0,2	7,0	0,5	0,5	0,7	9,2
Banco da Bahia	0,7	-	-	-	-	-	-	-
BBA	0,6	0,5	0,3	7,0	0,6	0,4	0,2	6,8
Citibank	0,9	0,7	0,2	7,0	0,6	0,4	0,1	7,2
Dinheiro Vivo	0,7	-	-	-	0,6	-	-	-
Garantia	-	-	-	6,5	-	-	-	-
LCA	0,7	-	-	6,1	-	-	-	-
MCM Consultores	-	-	-	7,2	-	-	-	-
Rosemberg	0,5	0,5	-	6,5	0,4	0,5	-	7,0
Salomon Brothers	0,6	0,3	-	-	0,7	0,4	-	-
Trend	0,7	0,3	-	6,2	0,4	0,3	-	7,1
Fator	-	-	-	6,1	-	-	-	6,5
Média	0,7	0,5	0,2	6,7	0,5	0,4	0,3	7,4
Desvio Padrão	0,12	0,13	0,05	0,41	0,12	0,08	0,29	1,00

ÍNDICES ECONÔMICOS

mês	Taxa de variação dos preços(%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio-venda SP R\$/US\$		
	INPC	IPC (FIPE)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (1)	Paralelo (1)
jan/96	1,46	1,82	1,73	1,79	1,31	0,21	1,25	0,98	0,98	0,99
fev	0,71	0,40	0,97	0,76	0,47	0,03	0,96	0,98	0,98	0,99
mar	0,29	0,23	0,40	0,22	-0,07	-0,15	0,81	0,99	0,99	0,99
abr	0,93	1,62	0,32	0,70	0,41	0,37	0,66	0,99	0,99	1,02
maio	1,28	1,34	1,55	1,68	1,34	0,23	0,59	1,00	1,00	1,02
junho	1,33	1,41	1,02	1,22	0,94	0,40	0,61	1,00	1,00	1,04
julho	1,20	1,31	1,35	1,09	1,38	0,13	0,59	1,01	1,01	1,04
agosto	0,50	0,34	0,28	0,00	-0,05	0,44	0,63	1,01	1,02	1,03
setembro	0,02	0,07	0,10	0,13	0,41	0,33	0,66	1,02	1,02	1,04
outubro	0,38	0,58	0,19	0,22	0,24	0,20	0,74	1,03	1,03	1,10
novembro	0,34	0,34	0,20	0,28	0,24	0,36	0,81	1,03	1,03	1,10
dezembro	0,33	0,17	0,73	0,88	1,21	1,29	0,87	1,04	1,04	1,12
Acum. Ano	9,12	10,04	9,19	9,33	8,10	3,90	9,57	-	-	-
jan/97	0,81	1,23	1,77	1,58	1,67	0,36	0,74	1,04	1,05	1,09
fevereiro	0,45	0,01	0,43	0,42	0,34	0,35	0,66	1,05	1,05	1,10
março	0,68	0,21	1,15	1,16	1,59	0,15	0,63	1,06	1,06	1,15
abril	0,60	0,64	0,68	0,59	0,53	0,40	0,62	1,06	1,06	1,14
maio	0,11	0,55	0,21	0,30	0,14	0,16	0,64	1,07	1,07	1,14
junho	-	-	0,74	-	-	-	0,65	1,07	1,08	1,14
Acum. Ano	2,68	2,66	5,08	4,11	4,33	1,43	4,01	-	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) (1)

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/96	17,79	0,03	0,83	2,83	-3,18	-1,08	0,46
fev	-4,69	0,49	1,36	-1,74	-0,96	-0,39	1,08
mar	-0,45	0,91	1,81	0,15	0,41	-0,01	1,48
abr	3,89	0,84	1,74	-1,18	2,39	0,14	1,38
maio	9,22	-0,45	0,45	-1,21	-1,24	-0,94	0,12
junho	4,45	0,09	0,94	-3,29	0,15	-0,41	0,72
julho	-0,04	-0,26	0,56	0,83	-1,33	-0,66	0,18
agosto	1,94	0,85	1,69	0,52	-0,47	0,28	1,22
setembro	2,89	1,06	1,80	-1,84	0,58	0,35	1,53
outubro	1,15	1,05	1,66	0,78	5,57	0,41	1,30
novembro	1,83	1,12	1,60	-1,14	-0,65	0,34	1,28
dezembro	4,84	0,64	1,06	-1,08	1,54	-0,13	0,73
Acum. no ano	49,96	6,54	16,63	-6,32	2,57	-2,09	12,09
jan/97	11,17	-0,51	-0,04	-8,21	-4,37	-1,11	-0,38
fev	10,37	0,73	1,23	5,28	0,49	0,09	1,14
mar	1,27	-0,02	0,48	-3,60	3,36	-0,40	0,28
abr	9,63	0,44	0,97	-3,29	-1,54	-0,25	0,63
maio	13,41	0,93	1,37	1,98	-0,65	0,53	1,10
junho	9,97	0,41	0,85	-2,40	-0,77	-0,25	0,69
Acum. no ano	69,89	1,99	4,95	-10,33	-3,59	-1,39	3,50

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M.

CUSTO DO CRÉDITO (1)

Mês	TJLP	LIBOR(2) (6 meses)	Capital de Giro pré fixado(2)	Res. 63(3)	Desconto de duplicata(4)	Export notes(3)	ACC(3)	Repasse do BNDES(6)	
								BNDES/FINAME automáticos	FINAME agrícola
jan/96	-	5,13	102,24	24,65	6,32	21,55	9,51	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
fev	-	5,13	88,48	25,50	6,11	20,75	9,43	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
mar	18,34	5,35	83,45	25,07	5,77	18,99	9,29	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
abr	-	5,37	75,56	23,38	5,69	19,22	9,55	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
mai	-	5,43	72,78	23,02	5,53	18,08	9,53	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
jun	15,44	5,56	72,66	22,01	5,39	17,34	9,56	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
jul	-	5,69	71,96	21,78	5,53	16,79	9,22	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
ago	-	5,56	71,45	21,34	5,16	15,69	9,61	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
set	14,97	5,62	69,58	20,22	5,17	15,30	9,47	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
out	-	5,28	67,99	23,44	5,09	16,26	10,77	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
nov	-	5,41	64,60	21,41	4,97	15,07	10,92	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
dez	11,02	5,46	61,26	20,50	4,75	15,07	11,13	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
jan/97	-	5,53	61,63	19,19	4,71	14,04	10,40	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
fev	-	5,46	56,99	20,04	4,66	14,55	11,17	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
mar	10,33	5,84	58,29	18,99	4,59	13,86	10,68	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
abr	-	5,81	58,70	18,47	4,50	13,60	10,18	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
mai	-	5,88	58,20	17,60	4,47	13,76	10,90	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
jun(5)	10,15	5,76	56,45	17,90	4,40	14,55	9,78	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2) % ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC: valores referentes ao dia 14/05/97.

Nota Técnica:

Perfil da Evolução do Mercado de Trabalho: 1993/1996¹

Carla Reis^(*)

I) Introdução

Com a queda da inflação, o tema do emprego vem ganhando um destaque cada vez maior dentro do debate econômico nacional. Fenômenos como a globalização e a reestruturação produtiva vêm sendo responsabilizados pela escalada recente das taxas de desemprego em diversos países, e embora o Brasil ainda mantenha-se em patamares razoavelmente baixos em termos internacionais, também aqui o problema tem se agravado, nos últimos anos. Ao mesmo tempo, o que se tem visto é que os aumentos registrados pelas taxas de desemprego aberto não têm sido uniformes, isto é, a elevação das taxas vem sendo acompanhada por alterações estruturais na composição da força de trabalho, que acabam por se refletir tanto na composição do desemprego quanto do emprego.

Por outro lado, estudos recentes mostram que, no Brasil, o maior problema refere-se não ao desemprego em si, mas sim à qualidade do emprego. Os dados revelam que a informalidade nas relações de trabalho continua a aumentar, tanto pelo crescente número de trabalhadores sem carteira assinada quanto pelo aumento das atividades por conta-própria. Além disso, mudanças na composição da demanda de mão-de-obra tendem a ser excludentes, dificultando a inserção no mercado formal, das camadas mais desprotegidas da população.

Esta nota visa analisar de forma sucinta a evolução do mercado de trabalho brasileiro nos últimos anos, usando como base as informações da Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE), de 1993 a 1996. A maioria dos dados foram extraídos da publicação Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise do IPEA/MTb. As informações foram consolidadas em termos de médias anuais.

II) Análise desagregada

No início da década de 90, a abertura econômica e a recessão do governo Collor levaram a taxa de desemprego a crescer continuamente até o segundo trimestre de 1992, quando voltou a cair, com a recuperação da economia. O ano de 1993 exibiu tendência de queda, proporcionada pelo reaquecimento da economia, assim como o ano de 1994, sobretudo após o lançamento do Plano Real. Esta tendência, entretanto, foi interrompida com a chegada da fase contracionista do plano, quando a introdução de medidas restritivas, como o aumento das taxas de juros e a restrição ao crédito provocaram uma desaceleração no nível de atividade.

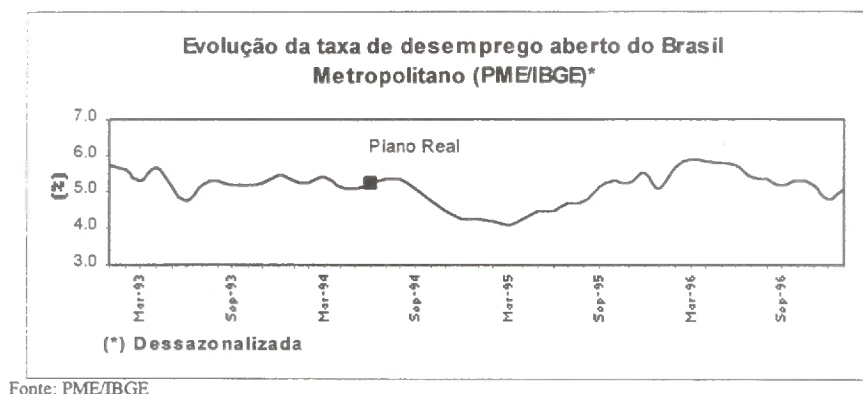
A taxa cresceu até o último trimestre de 1995 e, a partir de então, excetuadas as oscilações sazonais, de um modo geral, voltou a cair continuamente, evidenciando nova tendência de queda. O comportamento recente da taxa de desemprego aberto do IBGE para o Brasil Metropolitano pode ser observado no Gráfico 1 abaixo.

¹ A autora agradece a Andre Urani pelos comentários à versão preliminar e a Adriana Fontes R.E. da Silva pela paciência e presteza no fornecimento de dados.

^(*) Assistente de pesquisa do BNDES

Apesar das oscilações verificadas na taxa de desemprego aberto, o nível de ocupação total aumentou no período, tendo sido criados, em média, 1.128.733 novos postos de trabalho nas seis regiões metropolitanas entre 1993 e 1996 (Tabela A.1).

Gráfico 1



Em termos desagregados, houve redução líquida do número de ocupados em alguns setores², entre 1993 e 1996. Foram eles: a indústria extrativa mineral (-3.911); a indústria de transformação (-99.564); os serviços industriais de utilidade pública (-20.185); e a agropecuária (-10.186). Em contrapartida, houve crescimento mais do que compensatório, do nível de ocupação nos setores de serviços e comércio, que registraram respectivamente saldos positivos de 824.227 e 225.561 novos trabalhadores entre 1993 e 1996.

Houve uma diminuição do emprego com carteira assinada de 91.211 pessoas, que foi também, mais do que compensada, principalmente pelo crescimento da informalidade, isto é, do emprego sem carteira (555.351) e das ocupações por conta própria (524.423), não se refletindo, portanto, integralmente em desemprego.

Sob uma perspectiva regional, merece destaque a *performance* de Recife, cuja taxa de desemprego aberto diminuiu 3,2 pontos percentuais, caindo de 8,8% em 1993 para 5,6% em 1996 (Tabela A.2). Também no Rio de Janeiro observou-se queda da taxa, embora não na mesma magnitude de Recife. A região de Porto Alegre, ao contrário, registrou aumentos contínuos em sua taxa de desemprego, enquanto São Paulo exibiu uma queda em 1994 e 1995, logo anulada por nova subida em 1996.

A participação dos indivíduos menos instruídos (0 a 4 anos de estudo) na ocupação total caiu de 36,1% em 1993, para 31,8% em 1996, graças a uma perda líquida de 291.636 postos de trabalho para este grupo no período (Tabela A.3). Todavia, as implicações deste fenômeno são discutíveis, já que, paralelamente, também caiu a participação desta categoria na composição do desemprego. Ou seja, na realidade, o que se pode notar é a redução do peso relativo destas pessoas na força de trabalho como um todo.

O emprego feminino aumentou mais que o masculino acumulando cada um, respectivamente, 645.394 e 483.338 novos postos de trabalho. Entretanto, a taxa de desemprego das mulheres tendeu a aumentar enquanto com os homens ocorreu o inverso. Logicamente, o que percebemos neste caso é o aumento da presença feminina no mercado de trabalho, ultrapassando a crescente demanda por trabalho deste grupo.

Embora tenha havido um aumento do nível de emprego para todas as faixas etárias, este se deu de forma desigual, o que resultou na queda da importância relativa dos mais jovens (entre 15 e 29 anos) na

² A desagregação utilizada foi a da publicação Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise, usada como base primária para esta nota.

ocupação. A maioria dos grupos etários registrou variação positiva de suas taxas de desemprego no período, pois a tendência de queda observada em 1994 e 1995, foi interrompida com um salto no início de 1996. As exceções foram as faixas de 25 a 29 anos e de 50 a 59 anos, cujos aumentos em 1996 não foram suficientes para superar os patamares de 1993.

Apesar do aumento das taxas de desemprego para os indivíduos entre 18 e 30 anos, e da queda de seu peso relativo na ocupação total, sua participação no desemprego também foi decrescente durante o período em questão, indicando uma tendência de retardamento da entrada de jovens no mercado de trabalho (Tabela A.4). Por outro lado, os adultos entre 30 e 49 anos, que se situam no auge de sua capacidade produtiva têm sido cada vez mais penalizados pela falta de trabalho, acumulando elevações tanto na taxa quanto em seu peso relativo no desemprego. A tendência ao prolongamento da idade ativa entre os mais velhos (65 anos ou mais) se explicitou pela conjugação de maior participação deste grupo, tanto na ocupação quanto no desemprego.

III) Conclusões

A grande ênfase que tem sido conferida ao tema do desemprego não parece ter uma explicação muito simples. Apesar das oscilações da taxa agregada de desemprego aberto, o principal ingrediente novo é a mudança dos padrões tradicionais do mercado de trabalho brasileiro. Pelo lado da demanda de trabalho, a reestruturação produtiva vem provocando migrações da indústria em busca de mais competitividade, e muitos setores anteriormente produtores renderam-se à representação de importados. A indústria intensiva em mão-de-obra pouco qualificada tendeu a se deslocar para o Nordeste, onde o baixo nível médio de salários proporciona vantagens de custo. A privatização nos setores estatais de infra-estrutura se refletiu na queda da ocupação em serviços industriais de utilidade pública, e o mesmo deverá ocorrer com a administração pública, caso a reforma administrativa avance. Além disso, a abertura econômica permitiu a substituição de tecnologias obsoletas, pressionando os padrões de demanda de trabalho em direção a uma nova configuração.

Por outro lado, embora o período observado seja curto, pode-se destacar importantes mudanças estruturais no que diz respeito à oferta de trabalho. O aumento da escolaridade e da idade média da população economicamente ativa e a crescente participação feminina no mercado indicam um dinamismo por parte da população face à necessidade de adaptação às novas condições. O crescimento dos setores de comércio, e principalmente de serviços, além da economia informal, serviram para suavizar os impactos negativos da reestruturação. Ainda assim, um dos motivos da persistência do tema na mídia é o fato do desemprego vir penalizando bastante algumas das categorias mais ativas no movimento sindical, como metalúrgicos e bancários.

Em linhas gerais, as conclusões do artigo podem ser sintetizadas nos seguintes pontos:

- a) Ao contrário do que se poderia imaginar, os trabalhadores menos escolarizados tiveram sua participação relativa no desemprego diminuída. Dadas as reduções de sua taxa de desemprego e de sua participação na ocupação, pode-se concluir que, se opera neste caso um fenômeno de redução da oferta de trabalho deste grupo.
- b) Situação semelhante ocorre com os jovens entre 15 e 24 anos, que tiveram sua parcela na ocupação reduzida, embora sua importância relativa no desemprego tenha se mantido praticamente constante (como foi o caso do grupo entre 15 e 17 anos), ou se reduzido (como aconteceu com os de 18 a 24 anos). Neste caso, o que se processou foi uma queda das taxas de participação destes grupos na força de trabalho³ (Tabela A.5).

³ A taxa de participação se define como a população economicamente ativa sobre a população em idade ativa (PEA/PIA)

- c) As taxas de desemprego das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de Recife também sofreram reduções, embora na segunda isto tenha ocorrido de forma bem mais intensa (3,1 pontos percentuais). A queda do peso relativo de Recife na ocupação total não parece ser suficiente para explicar o ocorrido nesta região. Novamente, o que podemos observar, é que houve uma diminuição na taxa de participação na PEA desta região, de 2,2 pontos percentuais, enquanto todas as outras regiões apresentaram aumentos deste indicador.
- d) Embora sob o risco de repetição, vale a pena ressaltar o crescente peso de indivíduos sem carteira assinada e por conta-própria (autônomos) na ocupação total. O número de ocupados em cada um dos grupos cresceu, respectivamente 15,8% e 16,7%, entre 1993 e 1996, configurando o setor informal como uma alternativa ao desemprego.
- e) Além disso, também mostraram importância crescente, os setores de comércio e serviços, cujo pessoal ocupado aumentou respectivamente 9,9% e 14,6% durante o período estudado, vis à vis a redução do emprego na indústria de transformação de 3,2%.

ANEXO

Tabela A.1: Número de Pessoas Ocupadas segundo diversas características

		1993	1994	1995	1996	1996-1993	Crescimento acumulado (%)
Escolaridade	0-4 anos	5.496.803	5.516.252	5.432.660	5.205.167	(291.636)	(5,3)
	5-8 anos	3.982.717	4.148.898	4.285.591	4.426.616	443.899	11,1
	9-11 anos	3.463.934	3.624.682	3.823.325	4.082.711	618.777	17,9
	>=12 anos	2.277.811	2.343.513	2.457.287	2.635.503	357.693	15,7
Região Metropolitana	Rio de Janeiro	4.052.734	4.069.513	4.136.257	4.189.335	136.601	3,4
	São Paulo	6.556.216	6.719.741	6.919.809	7.134.279	578.063	8,8
	Porto Alegre	1.252.561	1.352.875	1.341.953	1.366.257	113.697	9,1
	Belo Horizonte	1.401.317	1.471.425	1.540.746	1.568.460	167.143	11,9
	Recife	1.000.914	1.029.787	1.051.569	1.059.065	58.151	5,8
	Salvador	957.523	990.002	1.008.529	1.032.602	75.079	7,8
Gênero	Homens	9.382.633	9.596.880	9.710.758	9.865.971	483.338	5,2
	Mulheres	5.838.632	6.036.464	6.288.105	6.484.026	645.394	11,1
Faixa Etária	15-17 anos	585.795	591.333	612.904	602.232	16.437	2,8
	18-24 anos	2.832.109	2.893.295	2.900.204	2.947.719	115.610	4,1
	25-30 anos	2.238.428	2.304.051	2.284.547	2.255.541	17.112	0,8
	30-39 anos	4.320.728	4.533.071	4.592.891	4.705.022	384.294	8,9
	40-49 anos	3.152.368	3.246.205	3.418.343	3.557.604	405.236	12,9
	50-59 anos	1.497.486	1.493.243	1.576.356	1.631.134	133.648	8,9
	60-64 anos	352.219	334.853	343.835	361.607	9.388	2,7
	>=65 anos	242.132	237.292	269.784	289.139	47.007	19,4
Posição na Ocupação	Com carteira	7.716.141	7.703.550	7.733.663	7.624.930	(91.211)	(1,2)
	Sem carteira	3.505.073	3.711.728	3.863.063	4.060.424	555.351	15,8
	Conta-própria	3.198.315	3.395.963	3.523.333	3.732.739	534.423	16,7
	Empregador	656.254	661.034	718.635	751.636	95.382	14,5
	Erro	145.482	161.069	160.170	180.269	34.787	23,9
Setor	Extrat. Mineral	32.981	37.463	31.009	29.069	(3.911)	(11,9)
	Ind. de Transf.	3.074.673	3.087.468	3.097.884	2.975.110	(99.564)	(3,2)
	Serv. Ind. Util. Públ.	174.337	170.705	163.687	154.152	(20.185)	(11,6)
	Const. Civil	1.076.713	1.126.426	1.110.002	1.161.397	84.684	7,9
	Comércio	2.274.995	2.364.653	2.452.279	2.500.556	225.561	9,9
	Serviços	5.663.602	5.891.298	6.191.016	6.487.829	824.227	14,6
	Admin. Públ.	1.533.649	1.550.503	1.536.447	1.602.449	68.800	4,5
	Agropecuária	113.544	120.751	121.665	103.358	(10.186)	(9,0)
	Outros	1.276.771	1.284.079	1.294.875	1.336.077	59.307	4,6
Total	TOTAL	15.221.265	15.633.344	15.998.863	16.349.997	1.128.733	7,4

Fonte: PME/IBGE

Tabela A.2: Taxas de desemprego aberto segundo diversas características (%)

		1993	1994	1995	1996	1996-1993
<i>Escolaridade</i>	0-4 anos	4,3	3,9	3,6	4,2	-0,2
	5-8 anos	7,3	6,9	6,5	7,2	-0,1
	9-11 anos	6,2	5,9	5,7	6,6	0,5
	>=12 anos	2,5	2,4	2,3	2,8	0,3
<i>Região Metropolitana</i>	Rio de Janeiro	4,1	4,0	3,4	3,7	-0,4
	São Paulo	5,7	5,3	5,3	6,3	0,6
	Porto Alegre	4,0	4,1	4,6	5,9	1,9
	Belo Horizonte	4,4	4,2	3,8	4,7	0,2
	Recife	8,8	6,7	5,4	5,6	-3,1
	Salvador	6,6	7,0	6,8	6,8	0,2
<i>Gênero</i>	Homens	5,1	4,7	4,6	5,0	-0,1
	Mulheres	5,5	5,3	4,9	6,1	0,5
<i>Faixa Etária</i>	15-17 anos	12,2	11,9	11,0	13,1	0,8
	18-24 anos	10,3	9,6	9,3	10,5	0,2
	25-30 anos	6,2	6,0	5,5	6,1	0,0
	30-39 anos	4,0	3,7	3,7	4,3	0,3
	40-49 anos	2,5	2,4	2,2	2,8	0,3
	50-59 anos	1,9	1,6	1,7	1,9	0,0
	60-64 anos	1,0	0,9	1,3	1,2	0,3
	>=65 anos	0,8	0,8	0,9	1,2	0,4
<i>Total</i>	TOTAL	5,3	5,0	4,7	5,4	0,1

Fonte: PME/IBGE

Tabela A.3: Composição da ocupação segundo diversas características (%)

		1993	1994	1995	1996	1996-1993
<i>Escolaridade</i>	0-4 anos	36,1	35,3	34,0	31,8	-4,3
	5-8 anos	26,2	26,5	26,8	27,1	0,9
	9-11 anos	22,8	23,2	23,9	25,0	2,2
	>=12 anos	15,0	15,0	15,4	16,1	1,2
<i>Região Metropolitana</i>	Rio de Janeiro	26,6	26,0	25,9	25,6	-1,0
	São Paulo	43,1	43,0	43,3	43,6	0,6
	Porto Alegre	8,2	8,7	8,4	8,4	0,1
	Belo Horizonte	9,2	9,4	9,6	9,6	0,4
	Recife	6,6	6,6	6,6	6,5	-0,1
	Salvador	6,3	6,3	6,3	6,3	0,0
<i>Gênero</i>	Homens	61,6	61,4	60,7	60,3	-1,3
	Mulheres	38,4	38,6	39,3	39,7	1,3
<i>Faixa Etária</i>	15-17 anos	3,8	3,8	3,8	3,7	-0,2
	18-24 anos	18,6	18,5	18,1	18,0	-0,6
	25-30 anos	14,7	14,7	14,3	13,8	-0,9
	30-39 anos	28,4	29,0	28,7	28,8	0,4
	40-49 anos	20,7	20,8	21,4	21,8	1,0
	50-59 anos	9,8	9,6	9,9	10,0	0,1
	60-64 anos	2,3	2,1	2,1	2,2	-0,1
	>=65 anos	1,6	1,5	1,7	1,8	0,2
<i>Posição na Ocupação</i>	Com carteira	50,7	49,3	48,3	46,6	-4,1
	Sem carteira	23,0	23,7	24,1	24,8	1,8
	Conta-própria	21,0	21,7	22,0	22,8	1,8
	Empregador	4,3	4,2	4,5	4,6	0,3
	Erro	1,0	1,0	1,0	1,1	0,1
<i>Sector</i>	Extrat. Mineral	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0
	Ind. de Transf.	20,2	19,7	19,4	18,2	-2,0
	Serv. Ind. Util. Públ.	1,1	1,1	1,0	0,9	-0,2
	Const. Civil	7,1	7,2	6,9	7,1	0,0
	Comércio	14,9	15,1	15,3	15,3	0,3
	Serviços	37,2	37,7	38,7	39,7	2,5
	Admin. Públ.	10,1	9,9	9,6	9,8	-0,3
	Agropecuária	0,7	0,8	0,8	0,6	-0,1
	Outros	8,4	8,2	8,1	8,2	-0,2
<i>Total</i>	TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0

Fonte: PME/IBGE

Tabela A.4: Composição do desemprego aberto segundo diversas características (%)

		1993	1994	1995	1996	1996-1993
<i>Escolaridade</i>	0-4 anos	29,4	27,6	25,6	24,3	-5,1
	5-8 anos	36,9	37,8	37,9	36,8	-0,1
	9-11 anos	26,8	27,6	29,1	30,9	4,1
	>=12 anos	6,9	7,0	7,4	8,0	1,1
<i>Região Metropolitana</i>	Rio de Janeiro	20,3	20,7	18,6	17,0	-3,3
	São Paulo	46,5	46,4	48,6	50,8	4,3
	Porto Alegre	6,2	7,0	8,3	9,1	3,0
	Belo Horizonte	7,7	7,8	7,7	8,2	0,6
	Recife	11,4	9,0	7,5	6,8	-4,6
	Salvador	7,9	9,1	9,3	8,0	0,1
<i>Gênero</i>	Homens	59,6	58,5	59,0	55,2	-4,5
	Mulheres	40,4	41,5	41,0	44,8	4,5
<i>Faixa Etária</i>	15-17 anos	9,6	9,7	9,6	9,7	0,1
	18-24 anos	38,4	37,7	37,7	37,0	-1,4
	25-30 anos	17,4	18,1	16,9	15,7	-1,7
	30-39 anos	21,0	21,3	22,0	22,4	1,4
	40-49 anos	9,6	9,7	9,6	11,0	1,4
	50-59 anos	3,4	2,9	3,4	3,3	0,0
	60-64 anos	0,4	0,4	0,6	0,5	0,1
	>=65 anos	0,2	0,2	0,3	0,4	0,1
<i>Total</i>	TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	0,0

Fonte: PME/IBGE

Tabela A.5: Taxas de participação de diversos grupos na PEA (%)

		1993	1994	1995	1996	1996-1993
<i>Região Metropolitana</i>	RJ	55,5	56,3	55,9	55,8	0,4
	SP	61,2	61,5	61,7	62,5	1,4
	PA	60,0	61,3	61,3	61,8	1,8
	BH	60,9	61,6	62,1	62,3	1,4
	RE	54,2	53,2	52,7	52,0	-2,2
	SA	57,9	58,6	58,7	58,1	0,1
<i>Gênero</i>	Homens	77,2	77,1	76,6	76,1	-1,0
	Mulheres	42,5	43,4	43,9	44,9	2,3
<i>Faixa Etária</i>	15-17	29,8	28,9	28,6	27,8	-2,0
	18-24	65,9	65,1	65,2	65,8	-0,1
	25-30	73,4	74,4	74,7	75,3	1,9
	30-39	74,2	75,2	75,3	76,2	2,0
	40-49	70,5	71,7	72,5	72,8	2,3
	50-59	51,2	51,5	52,2	52,8	1,6
	60-64	30,3	29,2	29,7	30,9	0,5
	>=65	10,8	10,0	11,4	11,6	0,9
<i>Total</i>	TOTAL	58,7	59,3	59,3	59,6	0,8

Fonte: PME/IBGE